

Do passado colectivo ao passado individual: um olhar sobre os Arqueólogos, sua prática e sua psique

EMA SHAW EVANGELISTA¹

PSICÓLOGA CLÍNICA

28

¹ Os meus agradecimentos a Miguel Moita e António Evangelista.

Relato de uma experiência de escavação

No Verão dos meus 17 anos, participei pela primeira vez numa escavação arqueológica. Cheguei ao cabeço do Torrão, fiquei a olhar para um monte esburacado, cheio de linhas estrategicamente colocadas, onde todos afirmavam ver “uma ligeira” diferença nas tonalidades da terra – para mim era toda castanha –, e fui imediatamente incumbida daquilo que me explicaram ser uma das mais importantes e imprescindíveis tarefas numa escavação arqueológica – varrer caganitas de cabra do cabeço para que estas não prejudicassem o desenrolar dos trabalhos. Confesso que não correspondeu propriamente à minha fantasia de experimentar “escavar”, mas tentei ver o lado positivo de um dia passado a torrar ao sol a varrer fezes de cima de um monte de terra, com o vento a contrariar cada vassourada, para chegar ao cabeço na manhã seguinte e encontrá-lo, de novo, coberto de milhares de bolinhas pretas. Convenci-me, assim, de que estava a desempenhar um importante papel ao serviço da História.

Passados uns dias, fui promovida e destacada para a limpeza daquilo a que se referiam como sendo “um corte”, e fiquei emocionada. Quando percebi que a ideia era passar o dia com o rabo enfiado num balde invertido e a tirar, com um pincel, terra de cima de terra, o meu entusiasmo esmoreceu-se e ponderei seriamente voltar às caganitas. Mas pronto, lá apareceu um caco ou outro, e rapidamente entrei – tal como todos os ar-

As pessoas viviam juntas, madrugavam, e depois passavam o dia quase confundidas com a terra, com a natureza, em condições extremas de calor e agrura, num trabalho cuja militância e repetição, levadas ao limite, proporcionavam uma experiência de quase transe

queólogos em momentos, julgo eu – naquele jogo de “vou escavar só mais um bocadinho que, de certeza vai aparecer alguma coisa que nunca ninguém encontrou e vou ficar famosa”, conseguindo, assim, passar várias horas ao sol, coberta de terra, tendo acordado às seis e meia da manhã (e deitado pelas duas), para chegar invariavelmente ao fim do dia sem ter encontrado nada de excitante. Mesmo o osso com o qual atravessasse o cabeço a correr e aos gritos era afinal de cão.

O que achei na altura mais engraçado foi o facto de a rotina de um arqueólogo ser tão diferente da de outras profissões. As pessoas viviam juntas, madrugavam, e depois passavam o dia quase confundidas com a terra, com a natureza, em condições extremas de calor e agrura, num trabalho cuja militância e repetição, levadas ao limite, proporcionavam uma experiência de quase transe. Nessa altura, privei também, e pela primeira vez, com o espécimen “arqueólogo”, e a verdade é que, se não estivessem a discutir arqueologia, altura em que se tornavam incompreensíveis, com novos significados para palavras como “fossa” e “mamilo”, eram muito agradáveis. Pelo menos, os que conheci na altura. Passaram-se umas belas tardes no rio e uns belos fins de tarde ao sol a lavar, secar e marcar cerâmica.

Entretanto, decorreram sete anos, uma licenciatura em psicologia clínica, e escrevo agora um texto que se quer pessoal, mas teoricamente fundamentado, sobre isso de se ser arqueólogo e do lugar da arqueologia no mundo. A visão sobre esse – o nosso – mundo é, evidentemente, outra. Reconhecendo que se trata de um texto eminentemente destinado a ser lido por arqueólogos, e que a linguagem da psicologia e particularmente da psicanálise nem sempre é compreensível para os que são da área, tentarei proporcionar uma outra visão, ou elementos para um novo olhar, sobre a vossa actividade, procurando estabelecer pontes entre a minha e a vossa área. Por outro lado, sendo o meu primeiro texto a “ficar para a história”, no sentido da publicação, espero que o possam ler como um ensaio livre, que sinto já como obsoleto aquando da chegada às vossas mãos, pela dinâmica com que, naturalmente, qualquer consideração sobre o mundo se transmuta com a experiência.

Das relações entre a Arqueologia e a Psicanálise

Não sei se os paralelismos evidentes entre a arqueologia e a psicanálise são conscientes para os arqueólogos. Se a psicanálise é

29

Os arqueólogos são, antes de mais, pessoas, cada uma constituída pelo seu conjunto de vivências, fantasias, defesas e desejos, que, ao formarem entre si uma comunidade, o fazem mais pela prática profissional comum do que por alguma semelhança inter-pessoal específica.

nal, por exemplo, se se considerar o primeiro processo de identificação acima descrito como o mais actuante – identificação imagóico-imagética, segundo Coimbra de Matos – aí um indivíduo pode escolher ser arqueólogo porque todos lhe dizem que tem muito jeito para a História, que é dono de uma memória invulgar, de uma curiosidade e interesse pelo passado incomum, que irá fazer grandes descobertas, etc... Se actuar fundamentalmente o segundo processo acima descrito – identificação idiomórfica, segundo Coimbra de Matos – aí a escolha advém de uma autodescoberta do interesse pela arqueologia, um reconhecimento pelas próprias capacidades e desejos de descobrir e entender vestígios e civilizações desaparecidas. Este segundo processo descrito, de autoreflexão e autodescoberta, é naturalmente o dito mais saudável, em que o indivíduo se identifica aos seus próprios desejos. Por fim, se actuar primariamente o terceiro processo de identificação descrito – identificação alo-trio-mórfica, segundo o mesmo autor –, então aí o indivíduo escolhe ser arqueólogo por uma grande admiração por seu pai ou sua mãe, arqueólogos de renome, ou um parente ou

amigo próximo que exercia essa actividade, ou mesmo uma figura fictícia com a qual o sujeito se identifica, afirmando “quero ser como o Indiana Jones”.

Ao longo do desenvolvimento, à identidade psíquica vão-se adicionando outras “identidades”, a de pertença a um grupo, ao país, a uma religião, clube desportivo, ou partido, e também a uma actividade profissional. A pertença a esse grupo profissional fornece a chamada identidade de papel, e será tanto mais reforçada quanto mais ténue será a identidade psíquica. Isto é, quando existe uma grande necessidade de reforço e afirmação da identidade papel, “eu sou um grande arqueólogo”, ou uma adesão maciça a um grupo desportivo, religião ou partido, existem geralmente falhas ao nível da própria identidade que tendem a ser colmatadas e reforçadas pela adesão a esses grupos².

Como se pode verificar, a construção da identidade é um processo vivo, ocorrendo “no sentido de uma progressiva diferenciação” (op. cit., p. 29), na qual a conjugação dos diferentes processos descritos é uma constante.

Assim, e para lá do *cliché*, os arqueólogos são, antes de mais, pessoas, cada uma constituída pelo seu conjunto de vivências, fantasias, defesas e desejos, que, ao formarem entre si uma comunidade, o fazem mais pela prática profissional comum do que por alguma semelhança interpessoal específica. Tal não significa que, pela prática profissional comum, não se encontre um padrão de pensamento, de relação consigo mesmos e de relação com o mundo. Um arqueólogo olha para o mundo e vê o quê? Busca o quê? Deseja o quê?

A arqueologia das organizações psíquicas, ou o arqueólogo no divã...

Para responder a estas questões, e uma vez que não se irá proceder a um estudo exaustivo da classe – papel que caberia à Psicologia Social – e sim pensar o indivíduo arqueólogo, será talvez necessário passar um pouco para lá de uma visão generalista e perceber que, em cada amostra da população que se observe, estarão, em princípio, representadas, se não todas, grande parte das organizações psíquicas existentes.

Deste modo, e tendo em conta a especificidade do indivíduo, pode interessar perceber não qual a identidade dos arqueólogos enquanto grupo, mas o que esta actividade representa na organização particular de cada sujeito que escolheu a arqueologia enquanto projecto de vida. Tarefa que, como compreenderão, é aqui antes e apenas sugerida, mais do que respondida.

² Relativamente à questão da identidade individual e identidade colectiva, chegou-me às mãos, em fase final de escrita, deste artigo a excelente publicação “Identidade Identidades” (ADECAPO, 2002), que contém um interessantíssimo exercício multi disciplinar sobre o tema.

centenária, centenário é também o seu paralelismo com a arqueologia. Remonta a Freud a metáfora da psicanálise como “a arqueologia da mente”. Este paralelismo é deveras curioso, tanto mais que Freud recorreu a ele para dar mais credibilidade à recém-criada psicanálise, já que, na viragem do século, a arqueologia gozava de um estatuto social muito popular, “tendo passado de uma actividade de antiquário ou de caça ao tesouro para um estudo metódico e disciplinado” (Botting and Davies, 1989, p. 185, cit. por Corcoran, 1991).

Mesmo para os que consideram que a arqueologia apenas se pode considerar uma actividade verdadeiramente científica, a partir das últimas décadas do séc. XX, com a verdadeira cooperação em campo de arqueólogos e cientistas de outras áreas – cujo ponto alto tem início nas escavações sob a direcção de Robert and Linda Braidwood, em Jarmo, Iraque, após a Segunda Grande Guerra –, na viragem do século, de facto, a arqueologia gozava de uma credibilidade que a psicanálise, de existência recente, não possuía.

Para além disto, Freud, com esta metáfora, procurava tornar mais compreensível a técnica psicanalítica, afirmando, a propósito do caso de uma paciente com uma histeria: “... este procedimento em que limpamos o material psíquico patogénico, camada por camada, gostamos de o comparar com a técnica de escavar uma cidade que esteja enterrada” (Freud & Breur, 1893, cit. por Bowdler, 1996).

“Embora nem a psicanálise nem a arqueologia possam observar directamente o passado, ambas

procuram reconstruir o passado com base nos seus vestígios” (Jacobson & Steele, 1979).

De um outro ponto de vista, poder-se-ia afirmar que um terapeuta auxilia o seu paciente a exprimir-se, a recontar uma história, cuja versão está deturpada, funcionando como um veículo clarificador dos diversos elementos constitutivos da vida do indivíduo que se lhe depara. Os arqueólogos, à medida que recolhem vestígios, vão construindo uma teia de significação e, de forma talvez paralela, servem de veículo para que uma história se conte, desta vez não de um indivíduo, mas de um colectivo, de um *modus vivendi*.

“Assim como um arqueólogo constrói os muros de um edifício a partir das suas fundações que permaneceram de pé, determina o número e posição de colunas a partir de depressões no chão, e reconstrói decorações murais e pinturas a partir dos vestígios nas paredes, assim também um analista procede quando faz inferências a partir de fragmentos de memórias” (Kuspit, 1989, p. 138, cit. por Corcoran, 1991).

A grande diferença entre as duas disciplinas será talvez o instrumento, que, na arqueologia, é constituído por uma apurada técnica de campo, auxiliada por diversos meios, a que se alia um poderoso património teórico e, na psicanálise, para lá do património teórico e das condições específicas em que deve decorrer, se concentra na figura do analista, que, para lá do seu histórico afectivo, procurará ser livre para o outro, nas palavras de Bion, “sem desejo e sem memória”.

Ser-se Arqueólogo: uma identidade?

Estando a falar do lugar da Psicologia Clínica, do indivíduo, a primeira abordagem à questão da identidade refere-se a essa identidade intrínseca que cada um possui independentemente da sua actividade profissional, a identidade psíquica. Assim, e segundo Coimbra de Matos: “Não se nasce com uma identidade psíquica, construímos a nossa identidade subjectiva. A identidade é, pois, uma construção pessoal” (1996).

Partindo de uma identidade biológica aberta que permite a modelação da organização mental pelo meio afectivo-humano e sociocultural, o indivíduo (trans)forma-se. Nesse processo relacional de construção da identidade, em que somos também agentes de transformação e não meros receptores passivos, ocorre primeiramente uma incorporação/assimilação da imago/imagem que o outro nos revela de nós mesmos, isto é, ocorre um processo de identidade atribuída. Ocorre depois um processo no qual a identidade é construída pela auto-reflexão sobre os próprios comportamentos, o indivíduo “reconhece-se e auto-concebe-se” (op. cit., p. 27), pela experiência de se ver. Por fim, ocorre a identificação a um modelo ao qual o indivíduo se procura assemelhar – não se trata de uma identificação total a um outro objecto, mas sim a uma busca de diferentes elementos identificatórios, quer reais quer imaginados, que se deseja introjectar.

Pensando especificamente na escolha da actividade profissio-

Assim, quase grosseiramente, podemos definir três grandes campos no espectro das organizações psíquicas: o modo neurótico, o grupo dos estados-limite e o modo psicótico. Cada qual se distingue pelo tipo de conflito interno dominante e forma de resolução desse mesmo conflito, e cada campo não é estanque, podendo um mesmo indivíduo apresentar características de mais do que um grupo, havendo, no entanto, um funcionamento de base predominante.

Assim, e segundo Bergeret (1998), para a constelação neurótica, o conflito, a busca, situa-se entre aquilo que é permitido e o interdito. Isto é, o neurótico vive segundo códigos exteriores a si, que interiorizou, que balizam os seus movimentos, o seu estar e ser no mundo, mas simultaneamente o castram, gerando angústia.

O grupo dos estados-limites, no limiar entre a neurose e a psicose, buscam o equilíbrio entre a pressão da agressividade vivenciada, face a um objecto relacional precoce extremamente frustrante, e a necessidade de que esse mesmo objecto seja reparador e gratificante. São indivíduos que experimentam sistematicamente o limite, quer nas relações com as pessoas, quer com o mundo.

Quanto às organizações psicóticas, falha a inserção na realidade. "A angústia é a do receio da perda do contacto com essa mesma realidade" (op. cit., p. 104), criando-se, por vezes, – de uma forma inconsciente – uma realidade própria, uma neo-realidade, num processo delirante ou alucinatório, que visa a diminuição do sofrimento.

Por existirem estas organizações psíquicas, que depois se inter cruzam em cada indivíduo, correspondendo à dinâmica pessoal de cada um, nenhuma afirmação única será válida para descrever o indivíduo arqueólogo, pois a natureza da escolha pela arqueologia e a origem da energia investida na busca constante que subjaz à actividade arqueológica estará sempre relacionada com o histórico-afectivo-cultural de cada um.

Posto isto, parece que nada poderá ser dito sobre o grupo "arqueólogos". No entanto, tendo dito o que disse, salvaguardando aquela que me parece ser a mais importante afirmação sobre o "grupo", permito-me agora dizer algo mais. De facto, e para lá da especificidade de cada indivíduo, podem ser reconhecidos traços comuns quer aos arqueólogos, quer à arqueologia enquanto prática.

Ocorre-me primeiramente que, subjacente à actividade arqueológica, está sempre uma dimensão de busca. Várias actividades o fazem, nisso não são originais, mas a arqueologia tem a especificidade de procurar num "local" extraordinário – o passado – e de um modo profundamente específico – através de vestígios escondidos. Na sua actividade, o arqueólogo dispense uma elevada dose de energia somato-psíquica, numa ocupação que, ao contrário de tantas outras, exige actividade permanente do corpo e da mente. A partir de objectos, construções, paisagens, os arqueólogos imaginam, (re)construem um mundo.

Simbolicamente, poderíamos debruçar-nos sobre o significado dessa busca constante, esse reti-

rar, camada a camada, em busca do que jaz escondido, num movimento que apenas cessa no encontro com a rocha-mãe.

Por outro lado, e no que diz respeito ao seu objecto de interesse, o arqueólogo está direccionado para o passado. Porquê esta fixação? Poderíamos afirmar que existe nos arqueólogos uma insuficiência – ou insatisfação, se quiserem – de base, que os leva a deslocarem o seu interesse do presente, do real, do agora, para o passado, o longe, onde tudo é possível, onde se podem projectar todas as fantasias, onde o mundo era de certeza mais excitante e os problemas mais densos e fundamentais.

Essa fixação no passado poderá também ser vista como uma fuga, não só do real, como, também, uma forma de evitamento da relação. Isto é, o contacto em arqueologia é sempre feito com peças, com vestígios que indiciam presenças de indivíduos aos quais nunca se chega de facto a ter acesso. Neste movimento de descoberta de um outro, no qual não se toca, o arqueólogo mantém sempre a posição onipotente de quem, por um lado, está ainda vivo e, por outro, dá sentido, interpreta.

Apesar do reconhecimento desta possível fuga relacional, a arqueologia não é, de forma alguma, a actividade onde esta fuga está mais patente. Vejamos o caso do matemático ou do engenheiro, cujas relações com os números e estruturas estão muito longe das pessoas. Em arqueologia, o deslocamento não é total, é como se o arqueólogo desejasse a relação, mas nunca a pudesse alcançar.

Resta-nos afirmar que, para lá dos devaneios que podem surgir em torno da simbólica desta actividade, cada arqueólogo poderá procurar em si as motivações que o levaram a fazer tal escolha e a origem da energia que o move. E que, sem dúvida, neste mundo e cultura em que vivemos, a arqueologia é ainda uma actividade singular, pela qual penso que todo o comum mortal nutre um fascínio especial, em que a fantasia, a imaginação e, se quisermos, o sonho, estão – ainda – ao serviço do Homem. Querer conhecer quem nos precede é também querer conhecer-nos, é querer entender o mundo, como evoluiu e se transformou, até hoje. E desse ponto de vista, faz todo o sentido.

Referências Bibliográficas

- Corcoran, L. H. (1991), "Exploring the Archaeological Metaphor: The Egypt of Freud's Imagination". *The Annual Review of Psychoanalysis*, 19, 19-32.
- Jacobsen, P. & Steele, R. (1979), "From Present to Past: Freudian Archaeology". *International Review of Psychoanalysis*, 6, 349-362.
- Bowdler, S. (1996). *Freud and Archaeology*. *Antropological Forum*, 7, 419-438.
- Matos, A. Coimbra de (1996), "Percurso de Identidade: Processos Transformadores". *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 11, 23-33.
- Bergeret, J. (1998), *Psicologia Patológica: Teoria e Técnica*, Lisboa: Climepsi Editores.